

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci*

Resumo: Este estudo faz parte de ampla pesquisa que desenvolvo há alguns anos abrangendo desde a análise do espaço urbano, meio ambiente, religiosidade, cultura popular, à reconstituição da memória, formação da identidade, surgimento de movimentos sociais e/ou étnicos e os rituais encontrados, considerando que a natureza dos mesmos é variada estando presentes no cotidiano, transmitindo valores, conhecimentos e reproduzindo as relações sociais. Neste trabalho enfoco alguns aspectos da religiosidade e suas manifestações que marcaram a história dos moradores de Campinas de final do século XIX até meados do XX que, ao frequentarem as igrejas e os largos priorizados, motivaram o crescer da religiosidade e a promoção de encontros sociais quebrando a rigidez dos costumes principalmente de sua elite pouco aberta ao convívio público.

Palavras-Chave: Religiosidade - Espaço público - Sociabilidade.

Abstract: This study it is part of ample research that I develop has some years enclosing since the analysis of the urban space, environment, religiousness, popular culture, to the reconstitution of the memory, formation of the identity, the found sprouting of social and/or ethnic movements and rituals, considering that the nature of the same ones is varied being gifts in the daily one, transmitting values, knowledge and reproducing the social relations. In this work I focus some aspects of the religiosity and its manifestations that had marked the history of the inhabitants of Campinas of end of century XIX until middle of the XX that, when frequenting the prioritized churches and plazas, had mainly motivated growing of the religiousness and the promotion of social meeting breaking the rigidity of the customs of its elite little opened to the conviviality public.

Keywords: Religiosity - Public space - Sociability.

O este estudo faz parte de ampla pesquisa que venho realizando tendo, entre outros objetivos, a compreensão das diferentes práticas cultural-religiosas vivenciadas pelos moradores de três espaços da cidade de Campinas localizados no largo da Santa Cruz, juntamente com a capela e o convento do mesmo nome, no bairro do Cambuí (zona leste da cidade); o largo e igreja de São Benedito (entre a área leste e o centro da cidade) e o largo e igreja do Rosário (até 1956 fizeram parte do centro).

Os moradores destes espaços acabaram por singularizar no cotidiano uma forma diversa de significá-los em termos de valores e símbolos, no permanente diálogo entre passa-

* Professor Doutor – Centro Memória Unicamp (CMU).

do/presente, religiosidade e cultura, aonde o complexo dos padrões de comportamento vêm sendo transmitidos coletivamente, a confirmar o que afirmou o antropólogo TAMBIAH (1985: 39-40) quando dizia ser o ritual um sistema cultural de comunicação simbólica, geralmente expresso por diferentes meios.

Assim, os ritos constituem uma forma de transmissão de conhecimentos socialmente adquiridos e, bem por isto, não são imutáveis e definitivos. Os rituais ora estudados foram ao mesmo tempo eventos sociais, festivos e religiosos.

Nos espaços ora priorizados saliento pelo significado que até hoje representam alguns rituais que acabaram por esclarecer formas de sociabilidade/religiosidade/cultura, principalmente atinentes às procissões a conviverem com quermesses, cavalhadas, cateretês..., deixando evidente, até o século passado, a intenção de manterem vivas as tradições frente a uma sociedade que veio sofrendo grandes impactos, sobretudo ao se considerar a problemática do racismo, da discriminação social, do processo de urbanização vivenciado pela cidade e do crescer de diferentes cultos e práticas religiosas.

Desta maneira, o ritual tanto pode reafirmar como questionar a sociedade, fazendo-o de formas diversas, acionando crenças culturais essenciais e desvendando mecanismos de diferenciação social quando da passagem das ideologias para os sistemas de ação e vice-versa.

Ao destacar o *largo da Santa Cruz*¹ cumpre mencionar ter sido ele um espaço que correspondeu ao terceiro campinho das três clareiras outrora existentes na mata e que deram origem ao povoamento da cidade de Campinas. Ao final do século XVIII estava localizado na principal saída para a descoberta tardia das minas auríferas realizada pelos paulistas em terras do Mato-Grosso e Goiás.

O primitivo nome largo da Santa Cruz prendeu-se à existência da *capelinha da Santa Cruz*, construída com grossas paredes de taipa socadas por escravos em época até hoje discutida: 1787 ou 1792? Mas, já em 1814, havia algumas moradias ao redor de sua área. O pequeno pátio murado à frente da capela, segundo tradição oral, serviu de cemitério.

Em 1872, a atual rua Santa Cruz (antiga rua da Pinga), bem assim seu respectivo largo, eram conhecidos como o *espaço maldito da cidade*, embora situados à volta da capela Santa Cruz que foi sede da primeira paróquia de Campinas do Mato-Grosso ainda ao final do século XVIII².

¹ Este largo em lembrança à proclamação da República passou a ser denominado oficialmente a 25 de novembro de 1889, Praça XV de Novembro, muito embora até a atualidade esta nomenclatura não tenha sido aceita pela população; continua sendo conhecido e chamado por Santa Cruz.

² A partir de 1870 com a centralização dos serviços religiosos na cidade houve a divisão em duas paróquias dando início à reforma da Igreja impulsionada por uma ideologia reacionária e ultramontana. Esta “modernização”

Foi este local ainda conhecido como o *Largo da Força* por lá haver existido um patíbulo construído para o enforcamento do escravo Elesbão (9/12/1835) acusado de matar seu senhor, tendo sido o primeiro caso ocorrido em Campinas. Mas, como disse LAPA (1995: 65-69), a presença de um patíbulo denegria a imagem da cidade que já apresentava sinais de modernidade. Por isso seus moradores batalharam para conseguir modificar tal situação.

Este antigo largo atraiu também os tropeiros para pernoite e, aos poucos, tornou-se local de parada de comboieiros de escravos que lá aguardavam a quarentena de seu “produto” para poderem entrar e vendê-lo em Campinas³.

Foi ainda neste espaço que se concentrou o iniciante comércio local da cidade e, em 1846, foi denominado de *Praça do Comércio*; possuía ainda algumas indústrias de fundição, máquinas de café e chapéus.

O edifício da capelinha da Santa Cruz passou por várias restaurações onde uma série de modificações lhe alterou a fisionomia primitiva. Entretanto, apesar delas, subsistiu e até hoje abriga a congregação das irmãs dominicanas de origem portuguesa. Esta ordem, ao lado de divulgar a religião, por várias décadas propiciou uma educação feminina às jovens, objetivando prendada formação para o casamento, além de atender aos necessitados que a ela recorresse. Atualmente as irmãs se dedicam às artes da pintura e do bordado, possuindo, outrossim, um pensionato para moças.

O largo da Santa Cruz foi ao longo do tempo assimilado como um local de vida, de participação, de espaço social e de religiosidade por ter um caráter marcante no cotidiano social dos moradores que participavam não apenas de uma de suas mais expressivas manifestações – a procissão da Santa Cruz – bem assim por ser um espaço onde muitas pessoas se reuniam para contar e cultivar histórias do passado, “causos” marcantes do cotidiano, além de participarem, da reza ao cair da noite e do terço no início da tarde.

A procissão da Santa Cruz pode ser entendida, conforme analisou ROUSSO (1998), como a marca que simbolizou o objeto e que permitiu uma percepção de si e dos outros diante das rupturas e da continuidade.

obedeceu a uma “aliança” com a camada social que ia adquirindo importância na cidade ao lado do fazendeiro: o comerciante. O ultramontanismo respondeu ideologicamente à dominação patriarcal, enquanto a religião popular esteve centralizada na devoção aos santos. Assim, a ideologia religiosa da romanização foi a privatização da religião em práticas e representações.

³ O viajante francês Saint-Hilaire ao passar por Campinas em 1819 pernoitou neste espaço descrevendo lá existir um grande rancho de taipa coberto de telhas. Nesse mesmo local, em 1865, a expedição que partiu de São Paulo a caminho do norte do Paraguai também lá estacionou.

Nas décadas que se seguiram à Primeira República permaneceram no ritual das procissões, especialmente nesta, a utilização pelas mulheres de indumentárias luxuosas, porém, discretas, véus e terços de madrepérola, enquanto os homens usavam ternos escuros. A ocasião exigia, pois, o espaço onde estão situados a capela, o convento e o largo – Cambuí – desde sua origem tido como bairro da elite, possibilitava para que os fiéis se apresentassem de forma esmerada. Sem dúvida que o ato da aproximação coopera com a formação da memória coletiva e acaba por atuar como união entre os sujeitos e a história de cada tempo chegando a delinear um conceito de patrimônio cultural que supera a materialidade.

Tornaram-se famosas neste Largo, desde meados do século XIX até primórdios do XX, as festas do Espírito Santo (26 de maio) animadas com procissões, danças (principalmente o cateretê), cavalhadas, muito foguetório, além da presença de violeiros. Já representavam o processo de construção da liberdade dos afrodescendentes de Campinas.

Todavia, a festa mais pomposa, conforme se lê no ALMANAK DE CAMPINAS (1870: 111-118), era a da Santa Cruz, celebrada, à princípio no dia 3 de maio e, posteriormente, a 14 de setembro⁴. Principiava com a celebração da missa, em seguida a procissão, prosseguindo até a noite onde o ponto culminante da festa, como salientou AMARAL (1900: 219-221), eram os *fogos de vista*, o *baile*, enfim; três dias de pagodeira, comilança e onde os devotos muito se divertiam.

Constatei então, que os símbolos que caracterizavam a vida privada e pública deste local se misturavam no contexto profano das festas e religioso das procissões, constituindo-se em espaço significativo para a definição identitária da comunidade e da preservação de seus referenciais culturais.

Campinas não fugiu ao que era geral desde o século XIX quando o catolicismo romano dominava amplamente seu processo histórico, a tal ponto que seus bairros coincidiam com as paróquias sendo justamente a partir das capelas e igrejas que foram sendo configuradas as modalidades de vida de bairro que, apenas quando dos impulsos da industrialização se fizeram sentir na cidade, foram sendo alterados.

As procissões, sobretudo as atinentes à Santa Cruz, São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário de Campinas foram fundamentais por representarem um fenômeno comunicacional, com o nítido objetivo de transmitirem informações de caráter moralizador, onde Jesus era o verdadeiro “líder” da comunicação de massa. Mas, não só através dele como tam-

⁴ Até o final do século XIX a procissão era realizada como referência a descoberta da Cruz por Santa Helena, quando era comemorada sua “reliquia” instrumento da “redenção”. Depois e até hoje, a comemoração foi para 14 de setembro quando é lembrada a “exaltação” à Santa Cruz.

bém pelos santos, acreditavam os fiéis poderem manifestar verdadeiramente sua expressão de fé.

Desta forma os símbolos que caracterizavam a vida privada e pública muitas vezes se misturavam no contexto religioso das procissões e festas cristãs. No entanto, houve certa resistência pelos praticantes das religiões afro-brasileiras em delas participar afim de melhor preservarem sua cultura e valores⁵.

As comemorações representavam expressões da devoção popular, advindo daí o empenho feito para que fossem sempre enfeitadas as imagens com muitas flores, fitas e papéis coloridos. A procissão simbolizava então o objeto que permitia uma percepção de si e dos outros diante das rupturas, da continuidade (ROUSSO, 1998: 94-97).

Uma sociabilidade essencial articulava sobretudo práticas religiosas (procissões, rezas e novenas) nestes espaços, sendo todas atividades coletivas que integravam imigrantes, migrantes, negros, brancos e mestiços. Integravam-se porque igualmente católicos e por procurarem transformações em seu cotidiano.

É importante mencionar que o sentido de pertencimento e vizinhança nestes espaços foi muito além das trocas de alimentos, pois, a experiência compartilhada de conhecimentos e valores sociais e éticos foi mais significativa.

Assim, os fatores e meios de socialização, religiosidade e cultura das crianças e jovens vinham diretamente da experiência vivenciada pelos mais idosos no âmbito familiar e de uma solidariedade vicinal onde os passeios pelos Largos eram aspirados e freqüentes; por vezes, ocorreram desses encontros o compadrio implicando em rituais, atitudes dos padrinhos e afilhados para o resto da vida.

Com a centralização interna da Igreja em Campinas (mais sensivelmente a partir da década dos anos 1956, embora principiada em 1908), houve o enquadramento das irmandades dos leigos das quais duas mais se sobressaíram: a de *São Benedito* (dos negros) que foi colocada sob tutela da Congregação dos Padres Estigmatinos que, atualmente, têm junto à Igreja da Irmandade de São Benedito a sua casa provincial, e a do *Rosário* (dos mulatos) que ficou sob direção dos Padres Claretianos.

Com relação à fundação da capela de *São Benedito*, segundo a tradição oral, se deve ao africano Mestre Tito (como a população o chamava) que fora escravo da viúva do capitão-mor Floriano de Camargo Andrade.

⁵ A imprensa campineira entre os anos de 1933-39 apresentou vários artigos comentando os perigos destas festas frente ao uso indiscriminado do álcool que, pelo embebedar dos indivíduos, poderia levá-los à prática do cunhaísmo e do baixo espiritismo.

Para levantá-la Mestre Tito não mediu esforços a fim de conseguir o espaço do antigo cemitério dos cativos existente no local escolhido e conhecido como o jazigo do Cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo, sepultado juntamente com alguns parentes, ao lado de outros poucos que também lá estavam porque haviam pago uma “dobla” que era destinada à esmola recolhida durante as missas em intenção às almas dos cativos.

Conseguido o terreno, Mestre Tito partiu para a subscrição a fim de levar a bom termo sua idéia que contou com a colaboração de muitos campineiros. A inauguração da Igreja de São Benedito ocorreu a 11 de outubro de 1885.

A procissão de São Benedito, realizada a 6 de janeiro, é uma das poucas que atualmente ainda arregimenta grande número de fiéis (a maioria afrodescendentes) ⁶. A partir dos anos 1960, com o acelerar da urbanização, afigurou-se, num primeiro momento, a “morte” de algumas manifestações religiosas (principalmente procissões e rezas noturnas aonde as classes dominantes já não mais precisavam das bênçãos da Igreja, pois, menos eficazes que a tecnologia e o planejamento). Mas, elas se mantiveram, com percursos menores, grande participação popular, ao lado da quermesse, outro ponto significativo deste ritual.

Os leilões ainda relembram o antigo fervor ao santo e às tradições deste pequeno espaço campineiro, onde a procissão, ora no entorno da Igreja, denuncia elementos de permanência no âmbito das relações familiares e respeito ao significado moral e religioso da comemoração.

A partir de 1970/80, não somente a procissão iniciou um processo de mudança marcado por rupturas e abandono de algumas práticas que formavam o cenário litúrgico e popular da celebração, mas, também as representações masculinas e femininas no contexto político, econômico e cultural se modificaram, ganhando novos modelos de conduta e papel social. Todavia, o racismo e a discriminação social ainda afloram nesses rituais populares.

Quanto à *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campinas*, informa AMARAL (1900: 220), que grandes festividades, em 1817, marcaram a colocação da imagem do Rosário. Foi esta igreja que definiu as origens deste espaço.

Estava situada defronte ao largo que levou seu nome (atual Praça Visconde de In-
daiatuba) tendo sido inaugurada a 15 de novembro de 1895.

⁶ Vários andores saíam na procissão até a década dos anos 1960, ricamente enfeitados com fitas coloridas e flores de papel crepom (hoje são de plástico). Antes, havia oração junto ao retrato da “Sagrada Face de Jesus Cristo”, impresso no “Santo Sudário de Turim”, aonde Jesus teria deixado num lençol (ou sudário) a marca de seu corpo com os sinais da flagelação. O ritual persiste mesmo porque foi amplamente comemorado desde o I centenário do milagre da Santa Face (1849-1949) na Igreja de São Benedito de Campinas, onde os PP. Estigmatinos fizeram também imprimir “santinhos” alusivos.

Como os primeiros templos edificadas na cidade não apresentavam técnica apurada para construção de grandes edifícios, além das intempéries, deram ensejo para que se arruinassem em curto espaço de tempo. E foi o que ocorreu com esta igreja que ao longo de sua existência foi uma das que mais reformas/modificações sofreu.

Não obedeceu a nenhuma linha arquitetônica, apesar de sua pintura ter sido efetuada por um dos melhores pintores paulistas da época: José da Silva Manso. Suas duas torres foram as responsáveis por seu adorno; apesar da singeleza do templo não deixou de ostentar uma elegante fachada/frontispício. Em 1877, suas torres foram demolidas por estarem em precário estado e, somente em 1928, é que uma nova foi construída.

Conseguiu através de doações feitas em testamento, esmolas ofertadas pela população, recursos de loterias e subscrições feitas na cidade formar seu patrimônio constituído de alfaías, imagens e alguns objetos outros de valor. Por duas vezes serviu esta igreja de Matriz⁷.

Os negros não puderam permanecer na irmandade do Rosário de Campinas, pois, foram dela expulsos (mais uma vez a problemática do racismo e da discriminação). Buscaram outro local na cidade para se instalarem, constituindo uma nova confraria que foi a de São Benedito. Apesar disso, continuaram a freqüentar o largo e as escadarias da igreja, aonde realizavam suas manifestações tanto de caráter religioso quanto profano, onde foram amiúdes as congadas e batuques, além da recriação cultural ocorrida a partir da mescla com outras práticas culturais.

As cavalhadas havidas em Campinas eram realizadas em frente a este templo, até porque o Largo do Rosário era o maior da cidade nos idos de 1846 e até 1934 quando ganhou o formato de Praça Cívica.

Em nome da modernidade, em decorrência do novo traçado da área central da cidade, a igreja do Rosário foi envolvida, pois, ficara então no meio da rua, constituindo-se num obstáculo aos fluxos previstos, além da deterioração em sua estrutura. Em 1956, este “monumento de pedra”, como também era chamado, foi demolido.

Nova igreja foi construída no bairro Castelo/Jardim Chapadão, em estilo neo-românico. No velho espaço e entorno da antiga igreja se seguiram a verticalização, demolições... Mas, a tradição de ser seu largo o ponto de encontro no passado (hoje menos), deu-lhe a alcunha de “caldeirão do diabo” tal os “mexericos” que por ali rolavam por parte dos

⁷ A primeira, de 1846 a 1852 e, a segunda, de 1870 (ocasião em que foi dividida em duas a antiga Paróquia da Conceição de Campinas) até 1833, quando foi inaugurada a Matriz Nova – Catedral. As procissões do Rosário em geral ocorriam nos dias 7/10 e 5/11, no interior da nave (exceção quando foi Matriz). Eram os negros e mestiços que realizavam seus rituais no largo e laterais da igreja.

homens que lá permaneciam para engraxar seus sapatos, comprarem jornais, saber o melhor palpite para apostar nos cavalinhos, e tal e tal... Continua até nossos dias a ser o local preferido para as manifestações populares e sociais.

Foi notório nestes espaços que a transferência de símbolos acompanhou as mudanças sociais impostas pela cultura aos grupos, contrapondo os padrões da estrutura e da dinâmica do cotidiano das relações; houve, por exemplo, uma re-significação das manifestações festivo-religiosas das procissões tanto em seu aspecto sagrado quanto profano.

Os valores apodícticos são, então, anualmente reafirmados pelas comemorações religiosas onde a realidade do *transcendente* é vivenciada ritualmente e acaba por fazer parte integrante do viver dos moradores. Em verdade, mesclaram-se resíduos de diferentes tempos e práticas culturais aprendidas no mundo rural e incorporadas ao urbano como bem afirmou NORA (1993:22) ao dizer que os lugares são mistos, híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e morte, de tempo e eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.

Nas narrativas ouvidas constatei haver a mistura de sonhos, imaginação e realidade; alguns depoentes perceberam e confrontam as mudanças em suas ambições de vida na intersecção de culturas.

No geral nestes espaços o sagrado é lembrado como uma unidade que liga vida e morte como constitutivas de um conjunto único, ou seja, vivenciando religiões que lhes ensinam como viver para melhor morrer (ZONABEND, 2000).

Claro que tais rituais ao se desenvolverem em horizontes públicos de sociabilidade, aonde a memória ética possui valores que se reproduzem e são trazidos ao tempo presente como significativos, acabam sendo formadores das representações histórico-culturais.

Nestas manifestações o tempo histórico e o contexto social se encontram, reelaboram e resgatam significados de identidade cultural a partir das exigências e necessidades do presente. Ficou ainda evidenciado que além do caráter religioso e popular, casa e rua se deparam, uma vez que o ritual da procissão é público, mas, ocorre também nas casas todo um gestual que complementa a manifestação. Tais processos se utilizam de vários meios – roupas apropriadas, enfeites múltiplos para os andores, música adequada – que são reconhecidos socialmente e, por vezes, não constituem apenas uma reafirmação da religiosidade da comunidade, mas também, uma forma de questioná-la.

Finalmente, saliento que nestes largos e igrejas a *afetividade* existente entre os moradores é uma *força de vida social*, o que me reportou a MAFFESOLI (1995: 100-101) quando dizia que aquela força era a *experiência sensível que está no mundo imaginal como*

forma formadora, isto é, como condição de possibilidades das imagens sociais exponenciadas no viver cotidiano. E o sentido dos atos rituais, culturais e morais permanecem nos espaços analisados.

Bibliografia

ALMANAK DE CAMPINAS. Campinas: [s.n.], 1870. Pp. 111-118.

AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Casa Livro Azul, 1900. Pp. 219-221.

_____. **Campinas Recordações**. São Paulo: Serviços Gráficos d'O Estado de São Paulo, 1927.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido**: um estudo sobre religião e sociedade. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade Os Cantos e Os Antros**: Campinas, 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1995. Pp. 65-69.

MAFFESOLI, M.A. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. Pp. 100-101.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: **Projeto História**. Nº. 10. São Paulo: Educ. 1993. Pp. 22.

ROUSSO, Henry. A Memória Não é Mais a Que Era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Pp. 94-97.

SOUSA QUEIRÓZ, Vitalina Pompêo de. **Reminiscências de Campinas**. Campinas: João Amêndola, 1951.

TAMBIAH, Stanley. A performative approach to ritual. **Culture, Thought and Social Action**. Cambridge: Mass., 1985, cap. 4º. Apud: Peirano, M. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pp. 30-40.

ZONABEND, F. **La Memoria Lunga. Il Giorni Della Storia**. Milano: Armando, 2000.